

Ética na pesquisa científica

Karl-Heinz Efkken*

“O homem, quando guiado pela ética, é o melhor dos animais; quando sem ela, é o pior de todos”. Aristóteles (384 – 322 a.C.)

DOI 10.20399/P1982-999X.2016v1n1pp127-138

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão crítica sobre a relação entre ética e pesquisa científica. Para tanto, é realizada uma reconstrução parcial dessa relação, no contexto da cultura ocidental, na sua dinâmica tensa e conflitiva em determinados acontecimentos sócio históricos e, finalmente, num mundo marcado pela transitoriedade e incerteza em relação ao futuro.

Palavras-chave: Filosofia, Ética, Ciência.

Abstract: The aim of this article is to present a critical reflection on the relationship between ethics and scientific research. For this purpose, a partial reconstruction of this relationship is carried out in the context of the Western culture, with a questioning in the specific and ethically tense field of scientific research. Finally, the confrontation of said relationship with a world marked by transience and uncertainty about the future is also focused.

Keywords: Philosophy, Ethics, Science.

127

1. Problematização do tema

O tema proposto: “A ÉTICA NA PESQUISA CIENTÍFICA” articula conceitos que fazem parte do patrimônio histórico intelectual da cultura ocidental. São os conceitos de “ética”, “pesquisa” e “ciência”. Além disso, há uma relação entre pesquisa e ciência que resulta na pesquisa científica, quer dizer, estamos diante de uma atividade que é considerada “científica”. E nesta atividade científica suponhamos poder perguntar por sua fundamentação ou orientação ética. Portanto, apesar da aparente clareza e correta combinação dos conceitos no título, ele se revela extremamente complexo e de uma densidade semântica tensa, além de ser a própria expressão de um encontro de discursos articulados e articuladores de ideologias que traduzem a problemática da constituição do sentido da realidade sócio histórica.

Estamos diante de dois discursos que, dependendo do contexto em que atuam,

*Professor Adjunto IV da UNICAP/PE e Doutor em Filosofia pela PUCRS, email: khefken@hotmail.com

envolvem outros, como o político, o econômico, religioso e ideológico. Eles se entrecruzam, se instituem mutuamente e, num jogo de produção permanente de novos sentidos, se deslocam em relação ao lugar de destaque no todo da constituição do real. Há “[...] entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais” (FERNANDES, 2007, p. 51). É justamente nestes jogos de entrelaçamento que efeitos de sentido são produzidos, que, por sua vez, provocam práticas sociais e políticas relevantes para a convivência dos homens em sociedade.

A contextualização dos discursos acima mencionados torna-se uma tarefa da maior importância, à medida que as diversas apropriações e a crescente banalização dos termos referidos não só abrigam projetos diferentes de sociedade, mas certamente tentativas de esvaziamento do seu sentido original e inovador. Há uma disputa histórica pela fixação dos seus significados e, portanto, de seus limites (FREITAS, 2002, p. 49).

Nos propomos, nesta reflexão, fazer uma releitura da relação ética – ciência na história do pensamento filosófico do ocidente; num segundo momento, uma leitura crítica de alguns acontecimentos históricos, que mostram o comprometimento da ética e da ciência com demandas políticas, econômicas, sociais e religiosas; e, finalmente, tentaremos tirar consequências dessa leitura e traduzi-las para a nossa prática de pesquisa científica.

128

1. Ética e é Ciência na história

A filosofia grega clássica não pode ser pensada sem a tematização da relação entre ciência e virtude. Iniciaremos a nossa reflexão sobre a relação entre ética e ciência, com os sofistas, pensadores considerados por Platão de pseudofilósofos, pois, segundo ele, tentavam enganar o povo por meio de truques retóricos. Para a maioria dos sofistas não havia relação alguma entre ciência e virtude. Escolhemos um dos seus principais representantes, Protágoras de Abdera.

Ele é considerado o fundador do “relativismo” ocidental, formula a célebre fórmula “o homem é a medida de todas as coisas”. Com esse princípio “(...) pretendia

negar a existência de um critério absoluto que discrimine ser e não ser, verdadeiro e falso. O único critério é somente o homem, *o homem individual*: “Tal como cada coisa aparece para mim, tal ela é para mim; tal como aparece para ti, tal é para ti”. (...) Então, sendo assim, ninguém está no erro, mas todos estão com a verdade (a sua verdade)” (REALE; ANTISERE, 2003, p. 77).

Protágoras ensinava como era possível, técnica e metodologicamente, levar o argumento mais forte à vitória, independentemente do conteúdo em exame. “A ‘virtude’ que Protágoras ensinava era exatamente essa ‘habilidade’ de saber fazer prevalecer qualquer ponto de vista sobre a opinião oposta” (Ibidem, p. 77). Portanto, tudo é relativo e não existe um verdadeiro absoluto, nem valores morais absolutos. A virtude consiste em dominar a técnica da persuasão.

Sócrates, considerado como pai da ética ocidental e forte crítico dos sofistas, identifica saber e virtude. Ele retoma a ideia da centralidade do homem e o define como sendo essencialmente alma, entendendo por alma “[...] a nossa razão e a sede de nossa atividade pensante e eticamente operante” (REALE; ANTISERE, 2003, p. 95). A tarefa suprema do homem consiste em cuidar da alma e conhecer-se a si mesmo. “A ‘virtude’ do homem outra não pode ser senão aquilo que faz com que a alma seja tal como sua natureza determina que seja, isto é, boa e perfeita. E esse elemento é a ‘ciência’ ou o conhecimento (...)” (Ibidem, p. 95). A virtude se expressa, de forma exemplar, no domínio da razão sobre os impulsos, sobre as paixões e instintos. A ciência verdadeira é ciência da alma e superação do corpo e das coisas materiais. Daí ser a tarefa do filósofo, por meio do diálogo, levar o interlocutor a reconhecer sua ignorância, seu não saber. Em seguida, o faz parir as ideias verdadeiras ou os conceitos universais. Trata-se de tornar visível o que, de forma invisível ou oculta, encontra-se na alma do aprendiz.

Para Platão, discípulo de Sócrates, a filosofia tem um fim moral. Ela é a principal ciência e serve ao homem para resolver o problema da vida. Este fim prático chega a sua realização efetiva através da especulação, do conhecimento e da ciência. Apesar da valorização da inserção do homem no mundo, cabe a ele, em última instância, para alcançar a sua perfeição e seu fim, libertar-se de todas as formas de conhecimento sensível, para chegar à contemplação do inteligível. Este mundo dos inteligíveis é o mundo das ideias, do universal, do imutável e do absoluto.

Quem compreende a estrutura do mundo inteligível, torna-se capaz de compreender melhor a gênese e a estrutura do mundo sensível. Do mesmo modo, quem alcança compreender a unidade última de todo o existente, quer dizer, a ideia do uno e do Bem, é capaz de agir de forma moral, pois parte da ideia da unidade, medida de todas as medidas, para, a partir desse conhecimento, orientar sua vida segundo uma ordem que transcende todas as realidades empíricas e materiais. E essa medida da ciência deve ser estabelecida pelos filósofos ou sábios, por meio de considerações éticas, pois no horizonte da ética a ciência se torna justa, um bem para o homem e para a comunidade.

A distorção da boa medida ou a transgressão do limite estabelecido pela ética encontra na tragédia de Sófocles, Édipo Rei, expressão exemplar: o homem comete o delito de querer ir além do permitido, de avançar na pesquisa sem nenhum referencial normativo, sem inserção num todo de sentido: “Édipo é o incansável detetive que, ao encerrar sua investigação, conclui que o criminoso que buscava é ele mesmo” (RANGEL, 1982, p. 149). Diante da facticidade da verdade, não podendo suportá-la, Édipo arranca os olhos. O limite e a medida são necessários para que o homem possa saber de forma humana, tudo que vai além dele, tudo que pertence ao mundo dos deuses. A imortalidade dos deuses é a nossa mortalidade; por isso precisamos do limite, pois seres limitados não sobrevivem sem limites. Mesmo no caos que somos, há ordem!

130

Para Aristóteles, discípulo de Platão, “consoante sua doutrina metafísica fundamental, todo ser tende necessariamente à realização da sua natureza, à atualização plena da sua forma: e nisto está o seu fim, o seu bem, a sua felicidade, e, por consequência, a sua lei. Visto ser a razão a essência característica do homem, realiza ele a sua natureza vivendo racionalmente e sendo disto consciente” (PADOVANI; CASTAGNOLA, 1962, p. 80).

O homem consegue a felicidade por meio da virtude, que é uma atividade em conformidade com a razão. É uma atividade que pressupõe o conhecimento racional. Razão e virtude se implicam mutuamente. Sendo assim, a felicidade depende da ação consciente segundo a razão, que exige o conhecimento absoluto, metafísico, da natureza e do universo, no qual o homem deve realizar-se enquanto homem.

Uma atividade segundo a razão, exige “(...) um hábito racional, um costume

moral, uma disposição constante, reta, da vontade, isto é, a virtude não é inata, como não é **inata a ciência**; mas adquire-se mediante a ação, a prática, o exercício e, uma vez adquirida, estabiliza-se, mecaniza-se; torna-se quase uma segunda natureza e, logo, torna-se fácil a execução (...)” (Ibid, p. 81).

Aqui aparece o diferencial de Aristóteles, pois entra em jogo a política que “(...) é essencialmente unida à moral, porque o fim último do estado é a virtude, isto é, a formação moral dos cidadãos e o conjunto dos meios necessários para isso. O estado é um organismo moral, condição e complemento da atividade moral individual, e fundamento primeiro da suprema atividade contemplativa” (Ibid, p. 81).

Apesar disso, vale salientar que a política é atividade coletiva, é doutrina moral social e, assim, a moral individual e o aperfeiçoamento individual se subordinam ao bem e a felicidade do todo. Todos os esforços individuais de adquirir conhecimentos, de produzi-los e levá-los à perfeição se inscrevem no fim maior da totalidade coletiva. A felicidade individual não existe fora da felicidade da coletividade, daí a tarefa do estado de preservar o equilíbrio geral na sociedade, é do estado a tarefa de distribuir as competências de cada um no todo da comunidade. É algo que confronta a nossa mentalidade individualista, mas deu origem ao pensar social no ocidente.

131

A passagem para a Cristandade forçou rupturas na compreensão da relação entre ética e ciência. O evento histórico do cristianismo, com a compreensão da história como dialética entre história de salvação e de condenação, do homem como sendo peregrino neste mundo, da filosofia/ciência como serva da teologia e do mundo como sendo um “lugar” de preparação para uma vida mais perfeita e sem os males da condição humana, inaugurou um longo tempo de rearticulação radical da relação entre ciência e ética, ou investigação científica e ética.

O pragmatismo do direito romano e o autoritarismo da cristandade impõe um regime de “entendimento e compreensão únicos” do mundo, da realidade, da sociedade, da ciência e da ética. Os filósofos gregos servem, agora, para dar fundamento e legitimidade racionais ao evento da encarnação de um Deus na história.

Se deus se encarnou, toda a teologia grega perde sentido e toda a autonomia do saber dos filósofos perde valor. Fez-se uma transmutação, a filosofia grega virou “substância teórica” de uma visão religiosa do mundo. Filosofia e Teologia se encontram num entrecruzamento discursivo, mas de forma assimétrica, pois o poder do religioso impõe ao filosófico a condição de “serva” da razão teológica oficial.

O que vale é investigar e pesquisar os desígnios de Deus na história e na natureza. A investigação científica serve a um fim maior. Se para Platão todo o conhecimento, em última instância, tendia a um Bem supremo, a uma unidade ideal na multiplicidade das coisas, agora, todo o conhecimento encontra o seu fim e sua razão de ser na leitura/revelação das pegadas que Deus deixou na criação.

“A ciência, para a filosofia escolástica, foi rebaixada a um mero auxílio subalterno da revelação e os pesquisadores-cientistas eram aprendizes da única ciência legítima, isto é, a teologia dogmática” (NOSELLA, 2008, p. 260).

A relação entre ética e pesquisa é marcada por um imobilismo, por uma interdependência fatal para ambos os lados, relação que traduz o imobilismo de uma sociedade feudal, na qual forças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas são enquadradas numa cosmovisão estática, na qual as leis naturais divinas dão as cartas. A pesquisa científica se inscrevia num ethos maior, no qual cada coisa encontrava um lugar predeterminado; interessava tornar inteligível a causa desse plano secreto na criação divina.

132

É na Renascença que se força um novo olhar sobre o mundo e o homem:

(...) a Renascença emergia como um fenômeno tipicamente italiano quanto às suas origens, caracterizado pelo individualismo prático e teórico, pela exaltação da vida mundana, pelo acentuado sensualismo, pela mundanização da religião, pela tendência paganizante, pela libertação em relação às autoridades constituídas que haviam dominado a vida espiritual no passado, pelo forte sentido da história, pelo naturalismo filosófico e pelo extraordinário gosto artístico” (REALE; ANTISERI, 2005, p. 10).

O monolitismo medieval, com a subordinação da ciência à teologia, entra em crise e perde força. Se o horizonte ético da cristandade medieval era ganhar o céu, o horizonte ético da modernidade, o novo imperativo ético, consiste na transformação do mundo em céu, via ciência, tecnologia e investigação científica. O “(...) conhecimento pode e deve ser útil. Serve para transformar o mundo e agir sobre ele.

O homem não se contenta mais em observar e contemplar o mundo” (JAPIASSU, 2011, p. 56).

Esse novo espírito desemboca, mais tarde, no ethos iluminista da Revolução Industrial, que rompe definitivamente a clássica vinculação entre ciência e virtude. Kant traduz a ruptura iluminista na famosa frase: “sapere aude” (ouse saber) e encontra na “maioridade” o ideal do homem ilustrado, homem autônomo e auto legislador. E acusa os que se negam a abraçar a nova liberdade conquistada de adeptos da menoridade, menoridade culpada; pois se baseia na preguiça de usar a própria razão (Cf. KANT, 1996, p. 53).

No iluminismo, a autonomia da razão científica é elevada ao princípio ético supremo, e a paixão pela pesquisa liberta Prometeu das últimas correntes que o prendiam, ainda, à rocha do sofrimento, pois com a conquista da autonomia, o homem assume a responsabilidade por seus atos. A razão se coloca a si mesma como problema e procura encontrar os seus limites, mas, também, as suas possibilidades.

O iluminista, em suma, repôs os filósofos e os déspotas esclarecidos de Platão no comando da sociedade. A ética iluminista do “*saper aude*” era a ética do homem industrialista, do pesquisador e inventor, dos que acreditam estar providenciando as condições técnicas e materiais, logo, também políticas, para a felicidade humana (NOSELLA, 2008, p. 263).

133

Os séculos XIX e XX podem ser compreendidos como o “laboratório” para a experimentação dessa razão. Se, por um lado, a razão, enquanto razão técnica e instrumental, foi capaz de transformar o mundo e realizar sonhos e utopias tidos como inalcançáveis, dando vasão ao imperativo ético de sempre maior humanização do homem, por outro lado, foi capaz de não somente escravizar os homens e transformá-los em objetos de uso e abuso, mas, também, de tornar-se a própria razão de ser de duas grandes guerras mundiais, de bombas atômicas que iluminaram o céu sobre Hiroxima e Nagasaki com uma luz destruidora de centenas de milhares de vidas, de campos de extermínio de milhões de seres humanos e de outras atrocidades que desafiam a própria possibilidade de uma vida humana pautada em projetos éticos fundados sobre uma crença na bondade e dignidade do homem.

A desmitologização pretendida pelo iluminismo transformou-se, segundo Adorno e Horkheimer, numa nova e mais radical mitologização da ciência e tecnologia, a razão revela, finalmente, seu lado obscuro e encerra a história da humanidade enquanto projeto fracassado. Para Hilton Japiassu (2011, p. 54), “(...) de modo paradoxal, o famoso ‘desencantamento do mundo’ (como desaparecimento de sua apreensão mágica) se revela uma crença ou um ato de fé mais do que uma verdade histórica”.

Após essa rápida leitura de alguns momentos importantes na história do pensar ocidental, visando obter maior clareza sobre a relação entre ciência/pesquisa científica e ética, tentaremos sintetizar os principais modos dessa relação:

1. Todo conhecimento a respeito do mundo e do homem é relativo, como são relativos os valores e os princípios éticos. A pesquisa científica tem no homem individual sua última medida.
2. Ciência e virtude são idênticas e o verdadeiro conhecimento se revela no autoconhecimento e no reconhecimento da própria ignorância. A pesquisa científica visa a realização do homem enquanto interioridade esclarecida.
3. O verdadeiro conhecimento e a vida ética encontram sua medida certa na ideia de um bem supremo. A pesquisa científica tem como tarefa principal libertar o homem da sua imersão no mundo sensível e capacitá-lo para a contemplação das essências.
4. O conhecimento e toda a pesquisa científica servem, em última instância, à coletividade. A ética fornece uma medida para garantir o equilíbrio entre os extremos. A ciência suprema é a ciência que investiga a natureza social e política do homem.
5. A ciência e a pesquisa científica assumem a tarefa de fundamentar racionalmente os conteúdos da revelação cristã. A ciência segue os imperativos éticos da doutrina cristã.
6. A ciência encontra no imperativo ético do progresso, das novas descobertas, do domínio da natureza a sua razão de ser. Nela, o homem encontra os potenciais necessários para afirmar-se no seu senhorio sobre a natureza e o mundo. Saber é poder.

7. A ciência se define como atividade de investigação metódica e condição de possibilidade do avanço das novas tecnologias, contribuindo, assim, para o ideal de auto realização do homem no mundo.
8. A ciência é a própria expressão da condição ilustrada do homem. Ela o liberta das crenças infundadas, das mitologias e superstições, introduzindo-o, definitivamente, na era das luzes. É uma ciência que possibilita ao homem assumir-se enquanto autonomia, liberdade, subjetividade e ser universal.
9. A ciência como tradução radical e perfeita da racionalidade instrumental, servindo a um imperativo ético de dominação total do homem sobre a natureza e sobre a própria humanidade. A ciência revela seu lado perverso e destruidor e, em nome do progresso e da liberdade de pesquisa e de produção de novos conhecimentos, dispensa, em muitos casos, qualquer orientação ética.

2. Ciência e ética: um relação problemática e desafiadora

Hilton Japiassu, em seu livro “Ciências, questões impertinentes, formula, no segundo capítulo, a seguinte pergunta: Pode a ciência ser neutra? Diz ele:

Uma das ilusões mais visceralmente enraizadas na mentalidade do grande público, ainda em nossos dias, em matéria de ciência, é a de que ela seria “pura” ou *desinteressada*, vale dizer, totalmente desembaraçada das escórias ideológicas dos preconceitos e das ideias recebidas que abarrotam os discursos não científicos sobre o mundo. Seria também considerada “neutra” no sentido em que os cientistas não emitiriam juízos de valor nem seriam responsáveis por seus aspectos negativos para a sociedade humana (2011, p. 51).

Segundo o mesmo autor, a grande maioria dos cientistas e filósofos, em sua experiência subjetiva, considera a ciência e a ideologia como entidades absolutamente distintas. Para eles, por exemplo, a pesquisa fundamental em física atômica seria neutra. Sua aplicação para fins militares representaria um desvio, mas não comprometeria a neutralidade do trabalho de investigação na área da física nuclear. O conhecimento produzido pelos físicos, sem dúvida, possibilitou a construção da bomba atômica e seu lançamento sobre as duas cidades japonesas,

mas tal decisão competiria aos políticos ou estrategistas da guerra, estando fora do alcance e da competência do cientista.

Algo semelhante se daria no caso de descobertas no campo da medicina, de vacinas contra determinadas doenças graves. O cientista trabalharia e se engajaria na descoberta e na produção da vacina, não assumindo compromisso algum quanto ao uso dela. Não caberia ao cientista preocupar-se com o uso do vírus ou da bactéria no contexto de conflitos armados. Do mesmo modo, ele não deveria preocupar-se ou responsabilizar-se pela venda do produto por preços exorbitantes, excluindo grande parte da população menos abastada. Ou seu uso restrito para aumentar o lucro e forçar a compra da patente por parte de países subdesenvolvidos.

Poderíamos acrescentar, aos exemplos citados acima, muitos outros da área da agroindústria, da farmacêutica e da reprodução de seres animais e humanos. O mesmo poderia ser pensado quando se trata do aquecimento planetário e do efeito estufa. Em todos esses casos nos confrontamos com um problema: Até que ponto a pesquisa científica pode ser considerada neutra e isenta de valoração ética e moral?

Pode a ciência ser pensada fora do seu contexto de concepção e produção, seu discurso poderia ser considerado transcendental, sendo possível sua neutralidade? Parece ficar sempre mais clara a concepção da ciência como fazendo parte de um projeto social, político e econômico preciso, sendo sua neutralidade uma ilusão.

Diz Japiassu: “Contudo, após a catástrofe da Segunda Guerra (1945), essa visão é contestada; não é mais possível livrar a ciência de toda responsabilidade como se pudéssemos considerá-la pura e neutra em relação ao processo político. Houve uma clara tomada de consciência: a ciência decide” (2011, p. 53), ou como nos diz Heidegger: a ciência não pensa.

3. Tempos difíceis para a relação entre ética e ciência.

A nossa situação epocal é problemática, pois vivemos um momento caracterizado pela ausência das grandes narrativas ou meta-narrativas. A crença em fundamentos últimos, valores absolutos, imperativos categóricos, realidades transcendentais ou em verdades absolutas sofreu um sério abalo e parece irreversível. As concepções metafísicas do mundo, dos modelos políticos, éticos,

morais e antropológicos perderam a sua força e não fazem mais parte dos discursos científicos da atualidade. O acesso ao ser não mais é privilégio nem da filosofia e nem da teologia, é um acesso que é negado à ciência, pois ela não está preocupada com a essência das coisas ou de todas as coisas, como diziam os Pré-socráticos.

Para Silva (2002):

Partilhamos, com muitas pessoas, do juízo de que viver no mundo de hoje é, a uma só vez, desconcertante e desafiador. É desconcertante, sem dúvida, pelas muitas transformações por que passa a sociedade em suas ideias e práticas políticas, econômicas, culturais, religiosas e sociais, para lembrar apenas alguns aspectos que caracterizam as mudanças globais. Desafiador, por decorrência dessas mesmas transformações, porque a incerteza do amanhã nos convida a repensar o mundo de hoje (p. 9).

Vivemos uma época de incertezas, pois tudo parece ter sido perpassado pelo espírito da relatividade. Se no passado confiávamos na continuidade dos nossos projetos pessoais e coletivos, na possibilidade de um futuro à imagem e semelhança do passado e do presente, o mundo contemporâneo nos confronta com uma espécie de evaporação de tudo que considerávamos absoluto e duradouro. Hoje, pensadores de diferentes orientações ideológicas, falam do fim das grandes narrativas, do fim da história, do fim das ideologias e do fim da identidade, natural ou espiritual, do Homem.

137

Continua o autor acima citado:

Tudo flui. Em síntese, o descartável passou a fazer parte não somente de embalagens e bens, mas ainda de posturas, atitudes, práticas e costumes. Talvez seja exagerado falar em 'costumes descartáveis', porém, sob uma análise curta e fria, vemos que a vida moderna cria novas situações para as pessoas decidirem rapidamente, forçadas pela urgência ou pela transitoriedade daquele momento, descartando o que não tem sentido e interessa em tal situação. E assim perdemos muito do que existe de bom em nós mesmos (Silva, 2002, p. 10).

Enfrentamos, sem dúvida, novos tempos, novos desafios e o recurso simples e fácil às tradições, como se apresentassem receitas prontas para o nosso agir no cotidiano, é rompido e exige novas mediações. E mesmo tendo certeza de algo permanente e perene, não podemos deixar de perguntar pelo significado ético e democrático do nosso pensar e agir em tempos de transição permanente, ou ter dúvidas a respeito de como enfrentar incertezas, ceticismos, relativismo e até

cinismos no exercício da cidadania.

Referências bibliográficas

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007

FREITAS, F. F. B. Para além da “estadania”: pensando a cidadania como categoria estratégica. *In*: NEVES; ROQUE; FREITAS (Orgs.). **Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Gajop; Bagaço, 2002.

JAPIASSU, H. **Ciências questões impertinentes**. São Paulo: Ideias e Letras 2011.

KANT, I. Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung? *In*: **Schriften zur Anthropologie, Geschichtsphilosophie, Politik und Pädagogik** 1. Vol. XI. Editor: Wilhelm Weischedel. Frankfurt/Main: 1996.

NOSELLA, P. Ética e Pesquisa. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 162, p. 255-273, jan./abr. 2008.

PADOVANI, H.; CASTAGNOLA, L. **História da Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

RANGEL, F. **Édipo, Sófocles e Eurípedes**. São Paulo: Abril, 1982.

REALE, G.; ANTISERE, D. **História da Filosofia**: filosofia pagã antiga. Trad. Ivo Storniolo. Vol. 1. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, G.; ANTISERE, D. **História da Filosofia**: filosofia pagã antiga. Trad. Ivo Storniolo. Vol. 3. São Paulo: Paulus, 2005.

SILVA, C. L. de Souza. Apresentação. *In*: COIMBRA, José de Ávila Aguiar (Org.). **Fronteiras da Ética**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

138

Recebido em dezembro de 2014

Aprovado em setembro de 2015